

DESCENTRALIZAÇÃO E PLURALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ENTRE O LOCAL E O GLOBAL NA PRODUÇÃO TEÓRICA

DECENTRALISATION AND PLURALISATION IN INTERNATIONAL RELATIONS: BETWEEN THE LOCAL AND THE GLOBAL IN THE THEORETICAL PRODUCTION

Angélica Saraiva Szucko¹

Universidade de Brasília

Instituto de Relações Internacionais

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Resumo: Este artigo pretende refletir sobre a crescente necessidade de descentralização e pluralização epistemológica, ontológica, metodológica e teórica da disciplina de Relações Internacionais mediante revisão bibliográfica. Em primeiro lugar, serão expostos os fatores que embasam a preponderância ocidental das teorias de Relações Internacionais e a hegemonia estadunidense nesse campo. Em segundo lugar, serão elencadas algumas características relacionadas à produção teórica e ao ensino de Relações Internacionais na América Latina. Em terceiro lugar, serão apresentados os recentes esforços no sentido da descentralização e da pluralização das Relações Internacionais e as possibilidades de ampliação do conhecimento nas zonas de fronteira. Por fim, destacar-se-á a importância dos docentes no incentivo à diversificação teórica da disciplina tanto no ensino quanto na produção acadêmica.

Palavras-chave: Teoria de Relações Internacionais. Descentralização. Pluralização.

Abstract: This article aims to consider the growing need for epistemological, ontological, methodological and theoretical decentralisation and pluralisation of International Relations discipline by a literature review. Firstly, the factors which support the preponderance of Western International Relations theories and US hegemony in this field will be exposed. Secondly, some characteristics related to the International Relations theoretical production and teaching in Latin America will be mentioned. Thirdly, the recent efforts towards decentralisation and pluralisation of International Relations and the possibilities for the expansion of knowledge in the border areas will be presented. Finally, the importance of teachers in encouraging the theoretical diversification of the discipline both in teaching and in academic research will be highlighted.

Key-words: International Relations Theory. Decentralisation. Pluralisation.

Recebido: 25/09/2015

Aprovado: 09/05/2016

Introdução

Nos últimos anos, vem-se consolidando a tendência de redistribuição do poder no sistema internacional, com destaque para dois fenômenos identificados por Nye Jr. (2011): a difusão de poder, ou seja, a dispersão do poder de atores estatais para atores não estatais; e a transição de poder, isto é, o deslocamento do poder de um Estado para outros. Essas mudanças ecoaram dentro da disciplina de Relações Internacionais, a qual passou a questionar o etnocentrismo ocidental do campo, bem como a ausência de diferentes perspectivas geoculturais. Desde o

¹ angelicaszucko@gmail.com

final da década de 1990, observa-se tanto um aumento das reflexões sobre a metodologia, a ontologia e a epistemologia das Relações Internacionais, principalmente com a emergência das correntes pós-positivistas, quanto um maior interesse em conhecer e em explorar abordagens teóricas de distintas regiões do mundo.

Nas Relações Internacionais, toda construção teórica é um recorte da realidade. As teorias, em geral, buscam expressar de modo coerente e sistemático o conhecimento sobre a realidade de modo a explicá-la e/ou prever possíveis situações. As teorias de Relações Internacionais procuram proporcionar uma perspectiva mais ampla dos acontecimentos e das questões globais, além de auxiliar na formulação de políticas externas e de contribuir para o entendimento das ações dos demais atores do sistema internacional; no entanto, ao estudá-las, é preciso considerar, conforme afirmou Cox (1986 apud ACHARYA & BUZAN, 2010), que toda teoria é para alguém e serve a algum propósito, ou seja, toda teoria é relativa ao seu tempo e ao seu lugar.

Embora almejem explicações globais, essas teorias, na verdade, refletem o contexto no qual estão inseridas e são permeadas por valores e por interesses de quem as formula. As correntes reflexivistas das Relações Internacionais, a exemplo da teoria crítica, reconhecem as limitações da razão no entendimento das relações sociais e afirmam que nenhuma teoria é neutra ou universal. Por esses motivos, é importante tanto adotar um olhar mais crítico em relação às teorias tradicionais dominantes quanto ampliar os horizontes para diferentes perspectivas teóricas, as quais, em muitos casos, permanecem silenciadas na periferia do sistema internacional, de modo a compreender como estas podem aportar relevantes contribuições no entendimento das realidades locais e globais.

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a necessidade de descentralização e de pluralização das teorias de Relações Internacionais. Em relação à metodologia utilizada, este artigo propõe uma discussão teórica embasada em revisão bibliográfica. Primeiramente, procurar-se-á destacar os fatores que contribuem para o predomínio das teorias de base ocidental nas Relações Internacionais e a hegemonia estadunidense no campo. Em segundo lugar, serão apontadas algumas características do ensino e da produção de conhecimento em Relações Internacionais na América Latina. Posteriormente, serão analisados os recentes esforços no sentido de descentralizar e de pluralizar a disciplina de Relações Internacionais, com ênfase na série *Worlding beyond the West*, organizada por Arlene Tickner em parceria com Ole Wæver e David Blaney, bem como nos trabalhos de Amitav Acharya e em sua proposta de *Global IR* como uma alternativa em prol de maiores inclusão e diversidade no campo. Ao final, serão traçados alguns comentários conclusivos em relação ao papel dos

docentes e dos pesquisadores em estimular a diversificação da teorização em Relações Internacionais, tanto em termos de ensino quanto de produção do conhecimento.

1. A hegemonia das teorias ocidentais de Relações Internacionais

Embora exista uma grande variedade de correntes teóricas nas Ciências Sociais e nas Relações Internacionais, como o realismo, os estudos estratégicos, o (neo) liberalismo, o marxismo, a escola inglesa, a sociologia histórica, a teoria crítica, o construtivismo e o pós-modernismo, todas essas teorias têm suas raízes na história europeia e nas tradições e nas práticas da filosofia e da teoria política ocidentais (ACHARYA & BUZAN, 2010).

Nesse sentido, apesar de suas pretensões universalizantes, essas teorias correspondem ao objetivo de manutenção do poder e da influência do próprio mundo ocidental, e, em especial, dos Estados Unidos, na construção do sistema internacional contemporâneo. É interessante analisar que, a despeito do etnocentrismo e do paroquialismo das teorias ocidentais, as quais muitas vezes não se aplicam a outros contextos regionais, a produção intelectual em Relações Internacionais permanece centrada no Ocidente, o que indica que existem fatores estruturais que as reforçam e mitigam o pluralismo e a diversidade teórica do campo (TICKNER, 2013b).

Desta forma, no capítulo *Why Is There No Non-Western International Relations Theory?* do livro *Non-Western International Relations Theory*, Acharya e Buzan (2010) se questionam sobre as razões para o predomínio ocidental nas teorias de Relações Internacionais. Para os autores, a explicação não está na recorrente interpretação de que, dada as condições de busca pela sobrevivência no mundo não ocidental, não haveria uma preocupação em fazer teoria; mas sim, nas forças ideacionais e nas percepções que alimentam as hegemonias gramscianas, o etnocentrismo e as políticas de exclusão.

Nesse sentido, o domínio ocidental está relacionado à própria sociologia da disciplina, que reforça as desigualdades e os mecanismos de reprodução do poder na construção do conhecimento, criando uma divisão intelectual do trabalho entre o centro, como produtor de conhecimento inovador, e a periferia, como um local apenas para o teste dessas teorias (TICKNER, 2013b).

Acharya e Buzan (2010) apresentam cinco explicações para esse domínio ocidental nas teorias de Relações Internacionais. A primeira possibilidade seria a de que os ocidentais descobriram o caminho certo para entender as relações internacionais por meio dos conceitos de sociedade internacional anárquica e do racionalismo político-econômico. Destes conceitos derivam as teorias de balança de poder, de estabilidade hegemônica e de paz democrática, que

servem aos propósitos ocidentais e são construídas com base na perspectiva de mundo deles. Essa explicação não apresenta um argumento forte, visto que, em termos de ciência, não é possível concluir verdades absolutas. As conclusões são temporárias, incertas e relativas a um determinado tempo e espaço, conforme afirma a própria metodologia das Ciências Sociais (KING, KEOHANE & VERBA, 1994).

Outra explicação estaria relacionada ao *status* hegemônico, no sentido gramsciano, que as teorias ocidentais adquiriram no inconsciente humano, de forma que se torna difícil pensar as relações internacionais sem considerar as ideias de soberania, de democracia, de direitos humanos, entre outras, como valores universais.

A terceira explicação para o domínio ocidental entende que as teorias não ocidentais existem, mas geralmente são restritas às realidades locais e marginalizadas do debate global devido às barreiras culturais e linguísticas. Esse é um ponto interessante a se considerar, pois a dificuldade de obtenção de dados sobre estudos de Relações Internacionais não ocidentais muitas vezes camufla a existência deles. A série de livros *Worlding beyond the West* procura preencher essa lacuna da disciplina e dar voz ao que está sendo discutido e produzido em outras regiões do mundo.

A quarta explicação está relacionada às condições locais que podem dificultar a produção de teoria de Relações Internacionais, seja por fatores culturais, políticos, históricos ou institucionais. Para se desenvolver teoria, é preciso ter recursos materiais e intelectuais, e os Estados Unidos são um exemplo nessa área, devido ao engajamento acadêmico, bem como à disponibilidade de recursos para o financiamento do trabalho científico, o que possibilita a criação de inúmeros *think tanks* e centros de pesquisa focados na elaboração de teorias. Essas três últimas explicações em conjunto fornecem importantes reflexões sobre os fatores que realmente contribuem para a predominância das teorias ocidentais de Relações Internacionais.

A última possível explicação apresentada por Acharya e Buzan (2010) é a de que, apesar da grande arrancada do Ocidente na teorização das Relações Internacionais, as demais regiões estão tentando alcançá-lo e se trata de uma questão de tempo para que possam ser mais expressivas. Esse argumento se assemelha à ideia de *catch up* da teoria da modernização e pode ser rebatido com base nos mesmos pressupostos da teoria da dependência de que a configuração centro-periferia favorece a reprodução das assimetrias existentes. Conforme afirma Tickner (2013b, p.641), “*the center-periphery configuration of IR favors analytical categories and research programs that are defined by academic communities within the North while also reinforcing Northern dominance within international practice itself*”.

A preponderância das teorias ocidentais está presente muito mais nas categorias analíticas utilizadas para estudar a realidade internacional, as quais normalmente são internalizadas como inerentes à natureza do sistema, a exemplo da anarquia e da organização estatal westphaliana, do que nas metodologias adotadas, pois, diferentemente das abordagens estadunidenses predominantemente quantitativas, nos países periféricos, há uma opção por trabalhos mais qualitativos.

Para além do domínio das teorias ocidentais, é possível afirmar a existência de uma hegemonia estadunidense que influencia diretamente a construção das Relações Internacionais como uma disciplina não tão internacional quanto sua denominação. Em 1977, Stanley Hoffman afirmou que as Relações Internacionais eram uma ciência social estadunidense (BIERSTEKER, 2009), e, de fato, existe um predomínio estadunidense nesse campo, tanto na prática política quanto na produção acadêmica.

Uma das principais explicações reside no fato de que o acesso ao conhecimento é assimétrico e as condições para realização dos estudos de Relações Internacionais são moldadas por estruturas de poder e por recursos materiais. Os Estados Unidos possuem mais cursos, instituições, associações e conferências em Relações Internacionais do que qualquer outro país do mundo, de maneira que sua academia adquire uma hegemonia global no campo. Ademais, os acadêmicos estadunidenses são desproporcionalmente mais lidos, mais citados e mais debatidos ao redor do mundo. Conforme afirma Biersteker (2009, p. 309), “*wherever one travels, IR scholars of almost every nationality are familiar with the canons of American realist and liberal thought – from Morgenthau, Kissinger, and Waltz to Gilpin, Nye and Keohane.*”

Biersteker (2009) destaca três fontes da hegemonia intelectual estadunidense nas Relações Internacionais. A primeira se relaciona com os benefícios estruturais do tamanho do seu mercado e do volume da sua Academia, o que inclui o vasto número de universidades, de *think tanks*, de centros de pesquisa e de periódicos. A segunda consiste no fato de que muitos acadêmicos de outros países realizam parte de sua formação em Relações Internacionais em instituições estadunidenses e tendem a reproduzir o conhecimento adquirido para seus estudantes mediante bibliografias e debates similares aos estadunidenses. Segundo Tickner (2003, p. 339), “*an important form of intellectual influence is exercised through academic training abroad, namely, the absorption of relevant theories and methods as defined by the host country of origin*”. A terceira se refere às publicações em inglês e em periódicos estadunidenses por diversos acadêmicos ao redor do mundo como um símbolo de status e de legitimidade internacional dentro da área em que trabalham. Ademais, em alguns casos, os

autores precisam adequar seus trabalhos aos moldes de periódicos que restringem determinadas temáticas e abordagens, dificultando a emergência de diferentes alternativas teóricas.

De certa forma, a insularidade da Academia estadunidense a impede de admitir que suas formulações teóricas e seus conceitos talvez não sejam os mais adequados para serem aplicados em outras regiões, bem como de compreender como estes mesmos conceitos podem ser interpretados e apropriados de maneiras diferentes ao redor do mundo.

One reason to be concerned about the insularity of American International Relations is that it prevents U.S. scholars from recognizing the extent to which so many of our theoretical constructs, frameworks, and debates are essentially driven by American foreign policy concerns. (BIERSTEKER, 2009, p. 321)

É nesse sentido que o paroquialismo da Academia estadunidense pode ser prejudicial à disciplina de Relações Internacionais como um todo, pois, dada sua hegemonia intelectual, é capaz de silenciar o aparecimento de novas perspectivas ao redor do mundo e suas contribuições para a análise da realidade internacional.

2. América Latina e a teorização em Relações Internacionais

Ao analisar a América Latina, é possível destacar dois fenômenos relacionados ao ensino e à produção de conhecimento em Relações Internacionais. Por um lado, as práticas de ensino das mais diversas universidades tendem a reproduzir, de forma acrítica, as narrativas importadas por meio da utilização de programas, com bibliografias primordialmente em inglês, que focam nas teorias tradicionais estadunidenses em detrimento de perspectivas regionais ou, igualmente, de debates teóricos mais recentes no campo.

Por outro lado, no estudo e na análise das questões tanto regionais quanto internacionais, embora as teorias e os conceitos tradicionais estadunidenses estejam presentes, em geral, eles são moldados para se ajustarem ao contexto que se procura explicar em um exercício de *pick and choose* teórico.

Por estes motivos, a América Latina representa um caso interessante para que sejam explorados os padrões intelectuais de intercâmbio entre o centro e a periferia, isto é, como o conhecimento produzido no centro, no caso, nos Estados Unidos, é assimilado aos conceitos e aos métodos regionais nas abordagens de Relações Internacionais (TICKNER, 2003). A região é historicamente considerada uma zona de influência estadunidense exposta aos seus

direcionamentos políticos, econômicos e sociais, e, nesse sentido, a fusão de princípios das teorias tradicionais de Relações Internacionais e sua incorporação criativa à realidade regional criaram um modelo híbrido latino-americano, que procura entender as relações hierárquicas de dominação do sistema internacional, ao mesmo tempo em que elabora estratégias para promoção dos projetos de desenvolvimento e de autonomia.

Até o final da Segunda Guerra Mundial, a política externa da América Latina estava voltada para a resolução de conflitos internos e regionais. A partir da década de 1960, os estudos de Relações Internacionais começaram a analisar a associação entre a posição da região no sistema internacional e o subdesenvolvimento. Nesse período, desenvolveu-se também a ideia de que a autonomia seria uma pré-condição tanto para o desenvolvimento interno quanto para uma política externa bem-sucedida (TICKNER, 2009). Os primeiros estudos de Relações Internacionais na América Latina estavam relacionados à lógica de inserção no sistema internacional sistematizadas em práticas de política exterior.

A emergência e a consolidação do campo ocorreram entre os anos 1960 e 1980, em paralelo aos estudos da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), de maneira a responder à necessidade de reduzir os níveis de dependência política, econômica e intelectual, especialmente em relação aos Estados Unidos, e criar interpretações autóctones das Relações Internacionais. A teoria da dependência, uma fórmula autêntica regional que rebate a teoria da modernização, constituiu a primeira lente conceitual própria para analisar o subdesenvolvimento na América Latina e repensar as relações internacionais da região (TICKNER, 2003).

A teoria da dependência se relacionava com a questão da autonomia tanto no campo acadêmico quanto nas práticas de política externa, pois representava uma construção inovadora para compreensão das assimetrias da estrutura do sistema internacional, bem como propunha práticas a serem adotadas pelos países latino-americanos para superarem os problemas do subdesenvolvimento. A partir da teoria da dependência e do pensamento autônomo, formaram-se os primeiros núcleos para pensar as Relações Internacionais na região.

É interessante observar a relação entre a consolidação das Relações Internacionais como disciplina na América Latina e as mudanças na orientação regional mediante a diversificação de suas relações externas em busca de maior autonomia frente aos Estados Unidos. A agenda de pesquisa em Relações Internacionais na região sempre esteve extremamente conectada com as práticas de política externa, seja de modo a legitimá-las ou a criticá-las. No caso brasileiro, o Ministério das Relações Exteriores era relutante em promover

as Relações Internacionais como um campo acadêmico com o intuito de manter seu monopólio na elaboração das diretrizes da política externa do país (TICKNER, 2003).

De acordo com Maira (1991, apud TICKNER, 2003), embora essas novas empreitadas acadêmicas dos países latino-americanos tenham emergido isoladas uma das outras, suas agendas se direcionavam a temas basicamente similares, como a operação do sistema internacional, as relações Norte-Sul e o papel do terceiro mundo, a integração econômica e a cooperação regional, a política externa comparada e os processos de transnacionalização e de interdependência.

A criação, em 1977, do Programa de Estudos Conjuntos sobre Relações Internacionais da América Latina (RIAL), uma rede de centros acadêmicos dedicada à promoção de pesquisa e de ensino em Relações Internacionais, representou o esforço da região na consolidação da disciplina e na busca pela capacitação de seus quadros. Nas décadas seguintes, novos centros de pesquisa e programas de graduação e de pós-graduação foram criados na região.

De certa forma, os regimes políticos autoritários contribuíram para a consolidação da nascente comunidade acadêmica de Relações Internacionais na América Latina, visto que algumas pessoas que tinham aspirações políticas incompatíveis com as ditaduras existentes redirecionaram suas atividades profissionais para o campo acadêmico, e, no caso dos intelectuais que foram exilados, muitos passaram a conviver com seus pares em outros países e a analisar as semelhanças regionais.

De modo inverso, a transição para o regime democrático significou, em um primeiro momento, o esvaziamento da academia com a deserção de alguns profissionais para o setor público antes que uma nova geração de especialistas em Relações Internacionais estivesse formada (TICKNER, 2003; 2009). Ademais, a mudança dos regimes autoritários para democráticos significou, também, uma reorientação das temáticas de estudo das Relações Internacionais, de forma a priorizar os conceitos de paz, de direitos humanos e de integração.

O renascimento do campo na América Latina a partir da década de 1990, principalmente com o *boom* no número de cursos de graduação oferecidos, pode ser explicado pela introdução das reformas neoliberais e o crescente processo de internacionalização das economias latino-americanas, bem como pela proliferação dos processos de integração regional. É preciso ressaltar que os fatores estruturais também influenciam a prática acadêmica; nesse sentido, Argentina, Brasil, Chile e México, países com um nível de desenvolvimento político-econômico e de inserção internacional mais elevado, lideraram esse processo de intensificação dos estudos de Relações Internacionais.

O estudo realizado por Tickner, em 2003, revelou similaridades nas práticas de ensino da disciplina na região. Nos programas analisados, verificaram-se a escassez de textos latino-americanos ou de outras regiões do mundo e a preponderância da utilização de bibliografias estadunidenses ou britânicas para o estudo da área. Existe uma tendência a valorizar mais as publicações externas do que as locais, e um exemplo é o fato de os textos da teoria da dependência serem mais utilizados nas aulas de economia do que de teoria de Relações Internacionais, o que reflete a interpretação da Academia estadunidense de que o pensamento dependentista não se constitui como uma teoria.

Tickner (2003) analisou os currículos de teoria de Relações Internacionais de setes países da América Latina – Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México e Trinidad e Tobago – e constatou a tendência alarmante em favor das abordagens clássicas da disciplina, que representam 68,5% dos textos utilizados nos programas, em detrimento tanto das perspectivas locais quanto dos debates emergentes nos Estados Unidos. Segundo a classificação dos tipos de texto estabelecida pela autora, foi encontrado o seguinte resultado:

Of the 407 text assigned on the twelve course reading lists, 21.9 percent (89) of the items corresponded to the general classical tradition, 31.4 percent (128) to the classical state-centric tradition, 15.2 percent (62) to the classical nonstate-centric tradition, 11.1 percent (45) to the Marxist/neo-Marxist tradition, 9.1 percent (37) to foreign policy analysis, 5.4 percent (22) to postmodern tradition, 1 percent (4) to both the Latin American hybrid and constructivist traditions, and 3.9 percent (16) to the other category (TICKNER, 2003, p. 336).

Ademais, em consoante com o apontado por Biersteker (2009), uma das fontes da hegemonia intelectual é o treinamento de acadêmicos oriundos de outros países por universidades nacionais, e, nesse quesito, os Estados Unidos despontam em primeiro lugar. De acordo com a pesquisa de Tickner (2003), 44,9% dos professores de Relações Internacionais na América Latina obtiveram o pós-doutorado em instituições estadunidenses e apenas 14,1% na Inglaterra e 11,5% na França.

É interessante considerar, ainda, que as publicações regionais, por meio dos periódicos universitários, por exemplo, fornecem um quadro amplo sobre as tendências teóricas de pesquisa em Relações Internacionais na América Latina. Conforme mencionado anteriormente, no que se refere ao ensino, observa-se a frequente repetição das narrativas clássicas; no entanto, em relação à produção acadêmica, a América Latina, em vez da pura reprodução das teorias estadunidenses, caracteriza-se pela combinação de pedaços e de conceitos de distintas teorias de Relações Internacionais, em um processo denominado *pick and choose* (TICKNER, 2003; 2009).

Desta forma, a América Latina, embora ainda careça de estudos mais endógenos, optou pela abordagem do ecletismo teórico e desenvolveu um modo próprio de estudar as Relações Internacionais, o qual consiste em adaptar as teorias tradicionais às realidades locais. Em geral, as pesquisas na região são próximas das agendas de política externa dos países, com destaque para temáticas como desenvolvimento, autonomia, integração, cooperação, neoliberalismo e globalização.

Guzzini (2013) distingue quatro tipos de teorização em Relações Internacionais: 1) a teoria normativa, que consiste em aplicar critérios científicos de moral e de filosofia política às relações internacionais; 2) a metateoria, a qual fornece os fundamentos sobre os quais as teorias são construídas, o que inclui as definições da ontologia, da epistemologia e da metodologia do campo; 3) as teorias constitutivas, que se relacionam com a constituição das categorias analíticas utilizadas na disciplina, a exemplo de poder, de soberania e de Estado; 4) as teorias empíricas, as quais se conectam com agendas de pesquisa mais direcionadas. Tendo em vista essa categorização, observa-se que a teorização em Relações Internacionais na América Latina ainda permanece muito restrita às teorias empíricas ou de resolução de problemas, e a região carece de abordagens mais reflexivas e endógenas.

Conforme analisado, os estudos da região latino-americana são muito voltados para a perspectiva estadunidense, e grande parte dos estudantes e dos professores procura realizar seus mestrados e seus doutorados fora da região, bem como publicar seus trabalhos em revistas estadunidenses e participar de eventos realizados naquele país como forma de se inserir no mundo acadêmico das Relações Internacionais.

Nesse sentido, o pensamento latino-americano ainda carrega marcas da dependência colonial de que seria preciso passar pelo centro para legitimar o conhecimento que vem da periferia do sistema. É importante que se desenvolva uma lógica regional de construção do pensamento em Relações Internacionais, no lugar de apenas replicar e adaptar modelos e conceituações externas; esse é, entretanto um processo árduo, uma vez que, conforme exemplificado por Acharya e Buzan (2010), as teorias tradicionais ocidentais tendem a estar incutidas em nosso inconsciente.

Uma das alternativas para o desenvolvimento de um pensamento autóctone de Relações Internacionais na América Latina seria o investimento em centros de pesquisa e em *think tanks* voltados à sistematização das práticas regionais e à incitação de novas construções teóricas. Atualmente, existem poucas instituições regionais dedicadas às Relações Internacionais e suas capacidades de influência na política externa são muito limitadas. Ao contrário, os EUA possuem uma imensa rede com centros de pesquisas direcionados para

temáticas e para regiões específicas, bem como um intenso intercâmbio entre políticos ou funcionários da alta administração pública e acadêmicos, os quais acabam muitas vezes exercendo ambas as funções, como é o caso de Nye Jr..

3. As propostas de descentralização e pluralização das Relações Internacionais

Como foi notado nas seções anteriores, ainda falta uma discussão mais profunda sobre as Relações Internacionais em termos não ocidentais. Segundo Shilliam (2011a), essa análise deve considerar a natureza e o exercício da política de poder, bem como as novas perspectivas de construção da ordem mundial. Desta forma, desde finais da década de 1990, observa-se um movimento dentro das academias de Relações Internacionais no sentido de descentralizar e de pluralizar o campo.

Para alcançar esses objetivos, primeiramente, é preciso conhecer como as Relações Internacionais são praticadas em outras localidades e, posteriormente, analisar quais contribuições essas diferentes interpretações teóricas podem aportar para compreensão da realidade. Tickner (2009) ressalta que a comunicação somente é possível se emergirem outras vozes ao redor do mundo, caso contrário seria apenas a reprodução dos ecos do Ocidente.

Com este intuito de ampliar os horizontes da disciplina de Relações Internacionais, Tickner, em parceria com Waeber e Blaney, elaborou o projeto *Worlding beyond the West*. A triologia de livros inclui autores das mais diversas regiões em reflexões sobre a produção de conhecimento na área. Enquanto o primeiro livro da série, *IR's scholarship around the world*, fornece um *overview* sobre o desenvolvimento das Relações Internacionais ao redor do mundo, o segundo, *Thinking IR's differently*, explora como determinados conceitos da área são concebidos em distintas localidades. Por fim, o terceiro livro, *Claiming the International*, procura novas formas de analisar as alegações de universalidade e de singularidade das categorias analíticas das Relações Internacionais e questiona sobre imaginários globais alternativos.

Ao analisar, por meio do critério geográfico, como cada região se relaciona com as teorias dominantes na área e como ocorre o processo de teorização localmente, apesar das diferenças que os autores esperavam encontrar, foram observadas também algumas similaridades e temas recorrentes. Em geral, as comunidades acadêmicas de Relações Internacionais ao redor do mundo compartilham uma ontologia fortemente estatocêntrica que, na maioria dos casos, manifesta-se a partir da internalização de ideias de base realista em relação a conceitos como poder, segurança e interesse nacional (TICKNER & WAEVER, 2009b).

Essa centralidade do Estado no pensamento de Relações Internacionais não se relaciona apenas a um problema puramente ontológico sobre qual o objeto de estudo do campo, mas também a uma questão de ordem epistemológica: de que a disciplina está fundamentada na concepção westphaliana de Estado. Desta forma, a produção de conhecimento passa pela ideia de que deve existir um Estado nos moldes westphalianos para que se possa teorizar sobre Relações Internacionais. Esse pressuposto geralmente inibe as comunidades acadêmicas de historicizar o Estado e de dialogar com formas alternativas de se pensar o passado anterior à formação estatal.

Outra semelhança observada nas distintas Academias se refere à proximidade entre as agendas de pesquisa e à política externa de seus respectivos Estados. Em geral, as regiões periféricas tendem a estudar temas relacionados a questões práticas de inserção internacional do país, em vez de elaborar tentativas universalizantes de produção teórica. De acordo com a classificação dos tipos de teoria realizada por Guzzini (2013), o enfoque está nas teorias empíricas e não na elaboração de teorias normativas, constitutivas ou metateorias; na verdade, essa é uma deficiência da disciplina em geral, pois, mesmo nos Estados Unidos, onde se concentra a produção acadêmica, estes diferentes tipos de teorização ainda não são amplamente reconhecidos como conhecimento científico.

A ausência de uma produção teórica mais diversificada na periferia tende a criar uma divisão intelectual do trabalho; no entanto, embora estas regiões ainda careçam de abordagens mais endógenas, a hegemonia do centro é desafiada pela forma com que suas teorias são reinterpretadas e aplicadas localmente (TICKNER, 2009).

Em *Thinking International Relations Differently*, os autores dão um passo adiante no sentido de analisar como determinados conceitos-chave das Relações Internacionais, a exemplo de Estado, de soberania, de segurança, de poder e de globalização, são apropriados e interpretados em diferentes ambientes geoculturais. Desta forma, os capítulos escritos por Siba Grovogui, por Siddharth Mallavarapu e por Fernando López-Alves procuram contextualizar os processos de formação estatal por meio da historicização das respectivas regiões: África, Sul da Ásia e América Latina. Essas regiões existiam e mantinham relações com outras sociedades muito antes da chegada dos colonizadores; contudo, a maioria dos estudos de Relações Internacionais tende a desconsiderar esse passado como uma ontologia e como uma epistemologia típica do campo.

With regard to the broader question of state formation, the classical IR literature tends normally to treat the West European experiences as the basis for more generic theoretical claims (...) The primary intent of historicizing the state is to retain greater skepticism about generic claims that are not

sufficiently sensitive to particular local histories. (MALLAVARAPU, 2012, p. 156)

As discussões sobre a formação dos Estados geralmente remetem ao referencial da Europa Ocidental; todavia, embora essa experiência europeia tenha um papel muito importante na criação do sistema internacional contemporâneo de Estados e esteja refletida nas suas instituições políticas, é importante considerar que talvez ela não se repita em outros Estados. A historicização da formação estatal é essencial para compreender as particularidades locais tanto nos processos de inserção internacional quanto nas interpretações sobre a realidade global. Nas análises pós-coloniais, deve-se atentar para o rompimento com a ideia de excepcionalismo da periferia, ou seja, as alternativas interpretativas sobre o mundo não devem ser consideradas simplesmente um relativismo cultural, mas, sim, possibilidades de universalismos competitivos (MALLAVARAPU, 2012).

As abordagens periféricas contribuem para a ampliação do campo das Relações Internacionais ao aportarem perspectivas diferentes dos discursos e das teorias ocidentais dominantes. Mignolo (2000b apud TICKNER, 2013a, p. 224) destaca a relevância dos estudos pós-coloniais na descentralização e na pluralização das Relações Internacionais: “*one factor that makes postcolonial standpoints different is that they occupy ‘borders’ zones at the fringes of dominant knowledge but not completely outside of it*”. Nesse sentido, são nas áreas cinza dos encontros entre mundos que emergem novas oportunidades de pensar a realidade e de produzir conhecimento inovador.

Para Shilliam (2011a), a verdadeira crítica ao atual sistema internacional somente pode ser realizada a partir da periferia que não está totalmente envolvida no sistema. De fato, a construção do conhecimento ocorre nas fronteiras, não apenas no sentido estritamente geográfico, mas também intelectual, que contrapõe centros e periferias, colonizadores e colonizados, gerando entendimentos híbridos e novas interpretações sobre as concepções de mundo (LING, 2014). As fronteiras, desta forma, representam espaços dinâmicos de diálogo na produção do conhecimento científico.

Finalmente, o terceiro livro, *Claiming the international*, vai além dos limites do que se entende como parte da disciplina de Relações Internacionais, defendendo, não apenas o pluralismo teórico, mas também o epistemológico. Os dois livros anteriores contribuíram para o esforço de descentralizar a disciplina ao trazer diferentes perspectivas geoculturais; no entanto, a pluralização do campo permaneceu relativamente limitada ao que se entende formalmente como Relações Internacionais. A hegemonia intelectual do Ocidente ainda

exerce um forte poder disciplinador em termos de teorias, de conceitos, de categorias e de fontes que contam como conhecimento científico na área. Por estes motivos, a proposta do terceiro livro pretende ampliar o que se entende como conhecimento em Relações Internacionais:

We use the language of claiming the international to point to myriad possibilities for alternatives worldings that may exist beyond the established boundaries of IR, but also within it, including the vary ways in which difference is classified and responded to. (TICKNER & BLANEY, 2013, p. 5)

Em consoante com essa proposição de revisão ontológica e epistemológica das Relações Internacionais, a abordagem daoísta (LING, 2014) ressalta a importância da utilização de diferentes fontes, como a literatura, os mitos, os filmes e as canções populares, na produção do conhecimento. Ling (2014) utiliza a dialética do *ying/yang* para propor uma nova forma pós-westphaliana de interpretar as Relações Internacionais, a qual pressupõe a interação entre múltiplos mundos. De acordo com a dialética daoísta, as complementaridades prevalecem sobre as contradições, criando novas estruturas e relações que produzem transformações internas e externas. À semelhança de Mignolo (2000b apud Tickner, 2013a), Ling destaca as fronteiras como zonas de contato entre os múltiplos mundos capazes de gerar conhecimento novo.

Na esteira do projeto *Worlding beyond the West*, Acharya, em seu discurso presidencial na *International Studies Association* (ISA), em 2014, ressalta a importância da descentralização e da pluralização das Relações Internacionais. De acordo com Acharya (2014, p. 649), “*despite its growing popularity, IR’s dominant narratives, theories, and methods fail to correspond to the increasingly global distribution of its subjects*”. Em outras palavras, a disciplina de Relações Internacionais não reflete as diferentes vozes, experiências, conhecimentos e contribuições de grande parte da sociedade mundial, especialmente daquelas localizadas fora do centro ocidental.

Após identificar as razões para hegemonia intelectual do Ocidente e vislumbrar as possibilidades de contribuição de outras regiões para um entendimento mais amplo do campo, é necessário refletir sobre como estabelecer o diálogo na construção de uma disciplina verdadeiramente internacional.

Nesse sentido, Acharya (2014) propõe o projeto *Global IR*, que consiste em transcender as distinções binárias hierarquizantes derivadas da lógica da modernidade, a exemplo das concepções ocidental/não ocidental, centro/periferia, moderno/tradicional, de

maneira a aspirar a uma disciplina mais diversificada e inclusiva. A ideia de *Global IR*, segundo Acharya (2014), envolve seis dimensões: 1) o compromisso com o universalismo plural que reconhece e respeita a diversidade; 2) o embasamento na história mundial e não apenas na história greco-romana, europeia ou estadunidense; 3) a redefinição, em vez da substituição, das teorias e dos métodos existentes nas Relações Internacionais a partir das contribuições de outras regiões anteriormente ignoradas; 4) a integração dos estudos de área e dos regionalismos; 5) a prevenção contra o excepcionalismo e o etnocentrismo; e 6) o reconhecimento das múltiplas formas de agência para além do poder material, incluindo a resistência, a ação normativa e as construções locais da ordem global. Segundo Acharya (2014, p. 656):

The study of IR should not obscure, but celebrate the differences among its different theoretical, epistemological, and methodological approaches. But in so doing it should also strive for greater respect for diversity in our knowledge sources and claims, historical experiences, and beliefs and approaches about world order.

A proposta de *Global IR* tem por objetivo estimular os acadêmicos a ampliar os horizontes da disciplina descobrindo novos padrões, teorias e métodos que podem ser utilizados na análise das Relações Internacionais. Desta forma, alguns dos novos temas sugeridos para a agenda de pesquisa no campo incluem a análise comparada de sistemas internacionais pré e pós-westphalianos, por exemplo, por meio do processo de historicização; a expansão dos estudos de regionalismo para além dos modelos eurocêntricos; e a investigação das múltiplas formas de encontros civilizacionais, as quais, mediante a interação pacífica e o aprendizado mútuo, constituem zonas de fronteira e de produção de conhecimento inovador.

Em síntese, o desafio da *Global IR* não significa encontrar uma nova abordagem universal que se adapte a todas as realidades, mas, sim, reconhecer o pluralismo existente no mundo e, a partir dele, buscar uma base comum favorável à promoção do diálogo. Essa perspectiva se aproxima, de certa forma, da dialética daoísta de complementariedade entre os diferentes pólos.

Conclusão

Tendo em vista as recentes reflexões sobre a configuração epistemológica, ontológica, metodológica e teórica da disciplina de Relações Internacionais, observa-se um crescente movimento, mesmo que incipiente, no sentido da descentralização e da pluralização do campo. Segundo pesquisa do *Teaching, Research and International Policy* (TRIP), realizada

em 25 países, 76,62% dos entrevistados, em 2015, acreditavam que as Relações Internacionais são uma disciplina predominantemente ocidental, enquanto 60,2% afirmaram ser importante conter esse domínio do Ocidente (ACHARYA, 2015). O projeto *Worlding beyond the West*, assim como a proposta de *Global IR*, respondem à tentativa de sobrelevar vozes silenciadas e de construir uma disciplina mais diversificada.

É importante ressaltar que a comunidade acadêmica exerce um papel essencial no processo de descentralização e de pluralização da disciplina, ao motivar a emergência dessas novas abordagens. O tema da conferência anual da *International Studies Association*, realizada entre 18 e 21 de fevereiro de 2015, *Global IR and Regional Worlds*, reflete a atual preocupação no desenvolvimento de uma disciplina mais inclusiva e variada, para além do domínio das teorias ocidentais.

Ademais, é preciso que tanto os docentes quanto os pesquisadores em Relações Internacionais estimulem esse movimento de diversificação no ensino e na produção teórica dentro de suas universidades e de seus centros de estudo, seja mediante a elaboração de um programa de teoria das Relações Internacionais mais abrangente, que não se restrinja apenas às abordagens clássicas dominantes, seja por meio do incentivo a novas temáticas de pesquisa, principalmente aquelas marginalizadas.

A produção do conhecimento inovador, conforme mencionado anteriormente, ocorre nas zonas de fronteira, em que o local entra em contato com global, e cabe ao pesquisador, muitas vezes, o papel de compreender e de traduzir essas dinâmicas de maneira inteligível de um lado para o outro. Nesse sentido, as diversas perspectivas teóricas adquirem um papel de ferramenta acadêmica e funcionam como diferentes lentes para enxergar o mundo; contudo, deve-se levar em consideração que estas estão permeadas por fatores subjetivos e por relações de poder, que nem sempre são simples de identificar.

Referências

ACHARYA, Amitav (2014). Global International Relations and Regional Worlds: a new agenda for international studies. **International Studies Quarterly**, 58 (4): 647-59.

_____. (2015). **Outgoing ISA President Shares Thoughts on Annual Convention & Global IR**, publicado em International Studies Association, March 12 [http://www.isanet.org/News/ID/4717/categoryId/1/Outgoing-ISA-President-Shares-Thoughts-on-Annual-Convention-Global-IR]. Disponibilidade: 22/06/15.

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry (2010). Why Is There No Non-Western International Relations Theory? An Introduction. In _____ (orgs.). **Non-Western International Relations Theory**. London: Routledge, 1-25.

- BIERSTEKER, Thomas (2009). The parochialism of hegemony: challenges for “American” International Relations. *In* TICKNER, Arlene B. & WAEVER, Ole (orgs.). **International Scholarship Around the World.**: London and New York: Routledge, 308-27.
- GROVOGUI, Siba (2012). The state of African state and politics: ghosts and phantoms in the heart of darkness. *In* TICNKER, Arlene B. & BLANEY, David L. (orgs). **Thinking International Relations Differently.** London and New York: Routledge, 117-38.
- GUZZINI, Stefano (2013). The ends of International Relations theory: Stages of reflexivity and modes of theorizing. **European Journal of International Relations**, 19 (3): 521-41.
- KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney (1994). **Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research.** New Jersey: Princeton University Press.
- LING, L.H.M (2014). **The Dao of World Politics: towards a post-Westphalian wordlist International Relations.** London and New York: Routledge, 9-70.
- LÓPEZ-ALVES, Fernando (2012). The Latin American nation-state and the international. *In* TICNKER, Arlene B. & BLANEY, David L. (orgs). **Thinking International Relations Differently.** London and New York: Routledge, 161-80.
- MALLAVARAPU, Siddharth. Contextualizing rule in South Asia. *In* TICNKER, Arlene B. & BLANEY, David L. (orgs). **Thinking International Relations Differently.** London and New York: Routledge, 139-60.
- NYE Jr., Joseph (2011). **The future of power.** New York: Public Affairs.
- SHILLIAM, Robbie (2011a). Non-Western Thought and International Relations. *In* _____. **International Relations and Non-Western Thoughts: Imperialism, Colonialism and Investigations of Global Modernity.** London: Routledge, 1-11.
- _____. (2011b). The Perilous But Unavoidable Terrain of the non-West. *In* _____. **International Relations and Non-Western Thoughts: Imperialism, Colonialism and Investigations of Global Modernity.** London: Routledge, 12-26.
- TICKNER, Arlene B. (2003). Hearing Latin American Voices in International Relations Studies. **International Studies Perspectives**, 4 (4): 325-50.
- _____. (2009). Latin America: Still policy dependent after all these years?. *In* TICKNER, Arlene B. & WAEVER, Ole (orgs.) **International Scholarship Around the World.** London and New York: Routledge, 32-52.
- _____. (2013a). By way of conclusion: forget IR? *In* TICKNER, Arlene B. & BLANEY, David L. (orgs). **Claiming the International.** London and New York: Routledge, 214-32.
- _____. (2013b). Core, periphery and (neo) imperialist International Relations. **European Journal of International Relations**, 19 (3): 627-46.

TICKNER, Arlene B.; BLANEY, David L. (2012). Introduction: thinking difference. *In* _____. **Thinking International Relations Differently**. London and New York: Routledge, 1-24.

_____. (2013). Introduction: claiming the international beyond IR. *In* _____. **Claiming the International**. London and New York: Routledge, 1-24.

TICKNER, Arlene B.; WAEVER, Ole (2009a). Introduction: geocultural epistemologies. *In* _____. **International Scholarship Around the World**. London and New York: Routledge, 1-31.

_____. (2009b). Conclusion: worlding where the West once was. *In* _____. **International Relations Scholarship Around the World**. London and New York: Routledge, 328-41.